



ESCOLA SEM PARTIDO”: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS REDES E MÍDIAS SOCIAIS

“SCHOOL WITHOUT PARTY”: AN ANALYSIS OF THE CONTENT OF SOCIAL REPRESENTATIONS IN SOCIAL NETWORKS AND MEDIA

Luana Nunes Martins de Lima¹
Liliane Tavares²

Resumo: Este artigo tem como objetivo mapear as tensões presentes nas redes e mídias sociais (*internet*) que envolvem o programa Escola sem Partido, coordenadas por dois grupos antagônicos (contrários e favoráveis), bem como analisar as representações criadas por estes dois grupos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico teórico-conceitual sobre a temática de representações sociais e a temática da análise do conteúdo. Além disso, fizemos uso de técnicas da Análise do Conteúdo, utilizando a *internet* para a coleta de dados, mais precisamente na rede social *Facebook*, em *blogs* e *sites*. Por meio da análise exploratória qualitativa de algumas imagens e da análise temática das mensagens foi possível apresentar algumas representações sociais criadas que fortalecem as tensões entre os dois grupos e exercem pressão e influência na opinião pública. A escola é alvo direto deste debate, portanto, relacionamos a discussão com a prática docente e a responsabilidade do professor na mediação do conhecimento.

Palavras-chave: “Escola sem Partido”, Análise do Conteúdo, Representações Sociais.

Abstract: This article has as objective to map the tensions present in the social network and media (*internet*) that involved the School without Party program, coordinates for two opposite groups (opposing and favorable), as well as to analyse the representations servant for this two groups. The research was developed starting of theoretical-concept bibliographic survey about the subject matter of the social representation and the subject matter of the content analyses. Moreover, we did used technique of the Content Analyses, using the *internet* for data collection, more specifically in the social networking *Facebook*, *blogs* and *sites*. Through the qualitative exploratory analysis of some images and thematic analyses of messages it was possible to make some social representation raised that it strengths the tensions between the two groups and it lobby and the influence on opinion public. The school is direct target of this

1 Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília. Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. Email: prof.luanunes@gmail.com.

2 Graduada em Letras e Especialista em Docência pela Universidade Estadual de Goiás. Email: liliaries@hotmail.com.

debate, therefore, we relate the discussion with the teacher practice and the teacher responsibility in the knowledge's mediator.

Keywords: "School Without Party"; Content Analysis; Social Representations.

Introdução

As redes e mídias sociais são um meio propício para análise das representações sociais criadas sobre diferentes grupos e opiniões. Numa configuração em que as informações chegam a nós em tempo real e a tecnologia avança cada vez mais, as ideias e visões de mundo sobre distintos temas são bombardeadas e, em grande medida, influenciam a formação de opiniões dos indivíduos.

Para Mazzotti (2008, p.01), "o estudo das representações sociais investiga como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana".

O conceito de representação social é definido por Jodelet (1990, p. 361) como "uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. De uma maneira mais ampla, ele designa uma forma de pensamento social".

Compreendemos que as redes e mídias sociais constituem, hoje, o principal ambiente no qual as comunicações circulam, intensificando os processos de construção de representações sociais generalizadas, sobretudo quando se trata do campo político e ideológico. Ainda de acordo com Jodelet (1990, p. 361), "as representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal".

Portanto, o objetivo neste artigo é mapear as tensões presentes nas redes e mídias sociais e as representações criadas acerca do programa denominado "Escola sem Partido", de teor político, veiculado principalmente na *internet*. Estas tensões produzem e reproduzem representações sociais criadas a respeito do projeto de Lei 193/2016 – Escola sem Partido e dos atores envolvidos, sendo coordenadas por dois grupos antagônicos, ou seja, contrários e favoráveis ao projeto de lei. A bipolaridade das opiniões revelam o profundo vínculo com fatores políticos de ordem mais abrangente, presente em alguns termos que serão analisados ao longo do trabalho (como por exemplo, "direita" e "esquerda").

A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, com a contribuição de autores que se debruçaram na temática das representações sociais e na temática da análise do conteúdo, e do uso da *internet* para coleta de dados, mais precisamente a rede social *Facebook*, *blogs e sites*. Como procedimento metodológico de tratamento dos dados coletados, adotamos a análise de conteúdo, a qual, segundo Bardin (1979, p.31) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Realizamos uma pré-análise temática das imagens projetadas nas redes, coletadas em três páginas dedicadas contrariamente ou favoravelmente ao programa “Escola sem Partido”, presentes no *Facebook*, “Escola sem Partido – Educação sem doutrinação”, “Escola sem Partido” e “Escola sem Partido é Censura”. Além destas páginas de uma rede social, selecionamos em *blogs e sites* de jornais, formadores de opinião, conteúdos e imagens que projetassem tais ideias. A partir das imagens coletadas, refletimos acerca dos dois grupos.

Inicialmente, tratamos sobre o programa em questão, apresentando sua proposta e os distintos posicionamentos que o cercam. Procedemos com uma análise das representações sociais através de uma rede social, utilizando técnicas da análise do conteúdo sobre postagens de imagens (*charges, memes e fotografias*) das páginas observadas. E, por fim, como considerações finais, relacionamos a discussão com a prática docente, mostrando como os dois grupos se manifestam, quais as palavras marcantes nessa disputa e a importância de levar temáticas como essa para sala de aula.

O Programa “Escola Sem Partido”

O programa “Escola Sem Partido” foi apresentado à Câmara dos Deputados em 23/03/2015 pelo Deputado Izalci Lucas Ferreira, do Partido da Social Democracia Brasileira do Distrito Federal (PSDB/DF), sob o Projeto de Lei nº 867/2015. O projeto de lei 193/2016, de autoria do senador Magno Malta, Partido da República do Espírito Santo (PR-ES), Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Tal programa gerou um movimento que tem dividido as opiniões na educação. A proposta do movimento é de que seja afixado

na parede das salas de aula de todas as escolas do país um cartaz, onde estarão escritos os deveres do professor. Esses deveres são:

1 - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

2 - O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

3 - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4 - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

5 - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6 - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, 2016, n.p.).

Para o cumprimento do projeto de lei, o artigo 9 define que o que foi disposto deve aplicar-se às políticas e planos educacionais, aos conteúdos curriculares, aos projetos pedagógicos das escolas, aos materiais didáticos e paradidáticos, às avaliações para o ingresso no ensino superior, às provas de concurso para o ingresso na carreira docente; às instituições de ensino superior, respeitado o disposto no art. 207 da Constituição Federal, que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Silva (2016), da revista *on line* Exame, de 25/07/2016, relata que Magno Malta, senador do PR e idealizador do projeto de lei, afirmou que “a escola é o lugar que abre a janela para o conhecimento, nenhum aluno tem que estar à mercê das opiniões de seu professor e que a escola não pode ser um instrumento para violar o que os pais ensinam em casa”.

De acordo com o portal oficial do programa, os pressupostos que embasam as ideias defendidas emergiram da própria Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que, por sua vez, não têm sido cumpridas na íntegra, de acordo com seus interlocutores. Tais pressupostos contemplam: “a liberdade de consciência e de crença e a liberdade de aprender dos alunos” (art. 5º, VI e VIII; e art. 206, II, da CF); “o princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” (arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput, da CF); “o pluralismo de ideias” (art. 206, III, da CF); e “o direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos” (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 12, IV).

Já Renato Janine Ribeiro, filósofo e ex-ministro da educação, um “crítico assumido do Escola sem Partido”, classifica o programa como “um grande equívoco” e diz que:

O programa não pode ser levado adiante, segue a tendência do Brasil de não se discutir educação. É apenas uma forma de chutar para escanteio as questões educacionais realmente importantes, subordinando-as a questões de ideologia ou doutrinação. À medida que pautas demagógicas e ideológicas passam a ter espaço, a educação não está sendo debatida com o devido respeito (SILVA, 2016).

Sob esta prerrogativa, o Ministério Público Federal encaminhou ao Congresso Nacional uma nota técnica apontando a inconstitucionalidade do referido projeto que inclui o Programa “Escola Sem Partido” entre as diretrizes e bases da educação nacional. Tal emenda colocaria o professor em constante vigilância, confundindo a educação escolar, que está calcada no pluralismo de ideias, com a educação fornecida pelos pais, contrariando o princípio de laicidade do Estado e a liberdade de cátedra.

Na consulta pública sobre o Projeto de Lei do Senado, PLS 193/2016, através do portal e-Cidadania do Senado Federal (2016, n.p.), a maioria dos internautas tem se posicionado contra o projeto de lei. Ainda assim, a disputa é acirrada. Segundo Silva (2016), “as divergências sobre o projeto ultrapassam os muros das escolas e chegam às redes sociais”. A divisão de opiniões é extensa, de um lado os que defendem o movimento, e de outro, os que são completamente contra. Essas

opiniões são disseminadas e fortemente representadas em imagens e propagadas nas redes e mídias sociais, o que analisaremos com mais detalhes a seguir.

Análise do Conteúdo das representações construídas sobre o “Escola sem Partido”

Todas as interações humanas, entre pessoas ou entre grupos, pressupõem representações. Representar significa tornar presente novamente o que está ausente, ou seja, tornar manifesto algo ou alguém por meio de códigos, imagens, ideias, entre outros. Asch (1952, apud Moscovici, 2007, p.142) afirma que “o fato central sobre as interações humanas é que elas são acontecimentos, que elas estão psicologicamente representadas em cada um dos participantes”.

Os acontecimentos se inscrevem na história, também reproduzida por representação. Uma das vertentes da obra de Roger Chartier, historiador que aprofundou nos estudos sobre representações, é questionar a ideia de fonte como testemunho de uma realidade, concebida como mero instrumento de mediação. Isso faz com que a realidade seja analisada através das suas representações, mas as representações têm múltiplos sentidos. Segundo Chartier (2002, p. 16), o objeto da história cultural, “é identificar o modo como em diferentes tempos e espaços uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. Chartier (2002, p.17) ainda menciona que as percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros, produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) - o que está em pauta neste artigo.

A todo o momento encontramos pessoas ou coisas com as quais nos familiarizamos e que nos fornecem uma grande massa de informações novas. Por elas somos confrontados de alguma maneira, de forma que as tornamos próximas daquilo que já conhecemos. Diante de tantas informações, somos instados a nos manifestar e tomarmos posições diante do conhecimento que já possuímos e que são aprimorados através de conversas diárias, interações no ambiente de trabalho e escolar, da própria *internet* que nos permite acesso a informações acerca do mundo em tempo real.

Moscovici (2007) se preocupou com a estrutura e a dinâmica interna das representações, diferenciando-se da sociologia de Durkheim.

O autor defende que as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos, ou seja, elas ocupam uma posição que tem como objetivo “abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa”. Essa leitura toca diretamente no que propomos entender acerca do objeto de estudo; “[...] a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2007, p. 45-46), o que permite criar novas opiniões ou reforçar posicionamentos através do que lhe é apresentado.

Algumas pessoas desconhecem o programa Escola sem Partido e só terão algum tipo de informação sobre o projeto de lei através de matérias veiculadas na *internet*, jornais, revistas ou outros meios de comunicação de massa. Dificilmente possuem uma opinião pronta e, a partir de outras ideias construídas, formam novas opiniões. Através desses meios de comunicação é que poderão sustentar a própria opinião, a partir dos depoimentos e representações de quem é a favor ou contra o programa. Moscovici (2007, p.48) afirma ainda que “os meios de comunicação de massa aceleraram essa tendência, multiplicaram tais mudanças e aumentaram a necessidade de um elo entre nossas ciências e crenças gerais e nossas atividades concretas como indivíduos sociais”, razão pela qual as redes e mídias sociais são tão utilizadas para propagar ideias e valores, tornando-se referências como formadoras de opinião.

Não raro encontramos diversos perfis do Facebook, cujo objetivo era notoriamente conclamar outras pessoas a se juntarem à “luta”, com *hashtags*³ criadas em dizeres como: “#EscolaSemPartidoJá”, “#MeusFilhosMinhasRegras”, #ContraAIdeologiaDeGenero, #EscolaSemPensamentoCríticoNãoéEscola, #DiganaoaEscolasemPartido, entre outros. De acordo com Moscovici (2007), essas interações sociais criam “universos consensuais” que não são tidos mais como simples opinião, mas como verdadeiras “teorias” do senso comum”, facilitando a comunicação, orientando condutas e forjando identidades grupais.

A imagem abaixo, divulgada na rede, mostra uma manifestante que apoia o projeto, vestida com a camiseta do Brasil, portando um livro

3 Os *hashtags* (#) são usadas para criar categorias de conteúdos publicados nas redes sociais, a fim de gerar uma interação dinâmica do conteúdo com os outros integrantes da rede social interessados no assunto publicado. Por meio dela, o conteúdo ficará disponível para qualquer pessoa que acesse o mesmo *hashtag*, permitindo-a comentar, compartilhar e curtir a publicação.

em cuja capa está escrito “professor não é educador” e um cartaz que diz “Escola sem partido já!”. O projeto se transveste da ideia de neutralidade e de não-doutrinação ideológica e política nas práticas cotidianas em sala de aula. Contudo, há um explícito enquadramento de seu grupo defensor em uma ideologia da direita conservadora, conforme se observa na opção dos manifestantes de se vestirem com a camiseta nas cores verde e amarelo, reforçando o seu posicionamento em outras manifestações políticas recentes.



Figura 1 - Manifestante que defende o projeto de Lei Escola sem Partido. Fonte: <https://blogdopedlowski.com/tag/escola-sem-partido/>

Para Frigotto (2016), o que os arautos e mentores da “Escola Sem Partido” defendem ao tolher o professor do papel de educador é perverso e absurdo:

O que os projetos que circulam no Congresso Nacional, em Câmaras Estaduais Municipais, em alguns casos como Alagoas, já aprovados, cuja matriz é a “Escola Sem Partido” liquidam a função docente no que é mais profundo – além do ato de ensinar, a tarefa de educar. Na expressão de Paulo Freire, não por acaso execrado pelos autores e seguidores da “Escola Sem partido” - educar é ajudar aos jovens e aos adultos a “lerem o mundo”. Um dos argumentos basilares da “Escola Sem Partido” é a tese da “Liberdade de Ensinar”. O que se elimina e combate é justamente a liberdade de educar. O que era implícito desde a revolução burguesa, instruir sim, ainda que de forma diferenciada, mas educar não, agora é

permanentemente exercida pelos grupos sociais. Assim, o consenso permeia a comunicação, permitindo uma compreensão própria ao grupo, influenciando os julgamentos dos indivíduos sobre objetos sociais e impondo uma seleção de informações a serem destacadas. O autor afirma que

[...] embora nós tenhamos a capacidade de perceber tal discrepância, ninguém pode livrar-se dela. A tensão básica entre o familiar e o não-familiar está sempre estabelecida, em nossos universos consensuais, em favor do primeiro. No pensamento social, a conclusão tem prioridade sobre a premissa e nas relações sociais, conforme a fórmula adequada de Nelly Stephane, o veredicto tem prioridade sobre o julgamento. Antes de ver e ouvir a pessoa, nós já a julgamos; nós já a classificamos e criamos uma imagem dela. Desse modo, toda pesquisa que fizermos e nossos esforços para obter informações que empenharmos somente servirão para confirmar essa imagem (MOSCOVICI, 2007, p. 58).

Na charge seguinte o professor com a camiseta da seleção brasileira de futebol, com os dizeres “Fora Dilma” está cercado com ícones atuais expostos pela mídia fortemente criticados pela dita “esquerda”, tendo ou não relação direta com o programa “Escola sem Partido”: Eduardo Cunha, Jair Bolsonaro, Sérgio Moro, Lobão, Alexandre Frota, Neoliberalismo, Regime Militar, Ditadura, TV Globo, Revista Veja, Walt Disney, e até um prato de “coxinhas”, utilizado pejorativamente.



Figura 4 - Charge ironizando a suposta isenção ideológica do Escola sem Partido. FONTE:

<http://resistenciaterceiromundista.blogspot.com.br/2016/08/escola-sem-partido-do-que-se-trata_15.html>. Acesso em nov. 2016.

Semelhante esquema representacional é desenvolvido na charge abaixo, criada por grupos favoráveis a “Escola Sem Partido” e postada em redes sociais que defendem a causa. Por uma questão consensual desse grupo defensor, a charge aglutina outras ideias, ideologias, personagens e movimentos, como sendo parte do mesmo grupo opositor. A charge sugere que a doutrinação nas escolas é a causa das manifestações contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 e a Lei da Reforma do Ensino Médio, além de que as ocupações obedecem a ideologias partidárias. As ocupações e qualquer manifestação de estudantes contrária ao atual governo, são representadas como manifestação “esquerdista” ou “petista”. Assim, a charge reforça a forma como os manifestantes são representados: manipulados. Nesta mesma publicação, há o seguinte comentário: “O governo Petista nunca foi a favor da educação. Se não é possível transformar escolas em postos de recrutamento para sua militância, a esquerda não vê necessidade de "educação"”.



Figura 9 - Charge postada em uma das páginas favoráveis ao programa Escola sem Partido. FONTE: <<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.346888065462191.1073741829.336441753173489/722888934528767/?type=3&theater>>. Acesso em nov. 2016.

Imagens da militância contra o “Escola sem Partido”, também são divulgadas em diversas páginas. As imagens abaixo, que mostram manifestantes contra o projeto de lei, nos leva a recorrer à semiótica, teoria que considera os signos sob todas as formas e manifestações que assumem (linguísticas ou não), cujo principal expoente foi Charles Sanders Peirce. As imagens trazem objetos representados em forma de

signos, cuja interpretação mental substituem a palavra dita. Cartazes que trazem escritos: “os educadores não aceitam mordação”, referem-se ao título irônico dado ao projeto de lei: “Lei da Mordação”, termo já aderido em outros projetos de lei que impunham o silêncio e comunicado pela faixa na boca dos manifestantes. As vestes pretas e as velas representam o “luto”. Já os balões vermelhos remetem à militância do Partido dos Trabalhadores (PT), também presentes em manifestações contra o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e outras manifestações sindicais.



Figuras 5 e 6 - Manifestantes contra o projeto de lei “Escola Sem Partido”.
Fontes: <<http://sindutecaxambu.blogspot.com.br/2016/07/>> e <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2016/07/apos-protesto-vereador-retira-projeto-sobre-escola-sem-partido-em-mg.html>>. Acesso em set. 2016.

A charge abaixo, retirada de uma página contrária ao programa, mostra uma criança diante da televisão na presença de um adulto, supostamente o pai, assistindo uma reportagem. Ao questionar sobre a periculosidade dos professores, posta em debate no que ele assistia, a conclusão do adulto é que o perigo reside no ato de “pensar”, o que uma Escola sem Partido não permitiria, pelo receio de que “pensar” é um estímulo à revolução.



Figura 7 - Charge postada em uma das páginas contra o projeto de Lei Escola sem Partido. FONTE: <<https://www.facebook.com/escolasempartidoecensura/photos/a.227723637417547.1073741837.199768230213088/574809029375671/?type=3&theater>>. Acesso em set. 2016.

Em muitas outras, charges, memes e fotografias são projetadas representações nas quais se identificam universos consensuais sobre o objeto, sujeito ou grupo representado. Para o desenvolvimento do estudo, aplicamos a técnica descrita por Bardin (1979), sob a designação de análise temática, baseada na análise prévia das imagens, o que consistiu na busca das palavras que classificam ou “representam” os dois grupos antagonônicos em relação ao projeto de lei. Além disso, recorreremos à análise exploratória qualitativa, que visa maximizar a obtenção de informações ocultas nas imagens tratando os dados para uma possível interpretação. Para Oliveira (2008), a análise de conteúdo permite:

O acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da

comunicação cotidiana seja ela verbal ou escrita, entre outros (OLIVEIRA, 2008 p.570).

Das três páginas do *Facebook*, *sites* e *blogs* diversos consultados e relacionados ao projeto de lei “Escola Sem Partido” ou com matéria sobre o mesmo, foi possível realizar uma análise temática dos conteúdos inseridos nas mensagens criadas pelos dois grupos opostos, sintetizada no quadro abaixo.

Quadro 1 - Análise temática dos conteúdos mais frequentes nas mensagens sobre o “Escola Sem Partido”.

Contra o projeto de lei – Maiores frequências de emissão sobre seu próprio grupo de pertencimento	A favor do projeto de lei – Maiores frequências de emissão sobre seu próprio grupo de pertencimento
Criticidade Liberdade de expressão Manifestação Movimentos sociais Esquerda Ocupa Tudo Prática Democracia Direito Público Debate Paulo Freire Emancipação Empoderamento Asas Luta	Pluralidade de ideias Liberdade de ensinar Direito e Deveres Regras Direita Desocupação Teoria Política Moral Objetividade Privado Convicção religiosa Neutralidade Imparcialidade Impeachment Meritocracia
Contra o projeto de lei – Maiores frequências de emissão sobre o grupo de oposição	A favor do projeto de lei – Maiores frequências de emissão sobre o grupo de oposição
Repressão Lei da mordaza Censura Neoliberalismo Conservadorismo Fascismo /Nazismo Imposição Intolerância Autoritarismo Manipulação “Coxinha” “Reaças” ou reacionários Gaiolas	Partidarismo Doutrinação Ideologia Comunismo Anarquismo Marxismo Vandalismo Politicamente correto Populismo Manipulação “Esquerdopatas” “Petalha”

O interesse por essa metodologia, na marcha do pensamento de Bardin (1979, p. 38), não está “na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a outras coisas”. Por meio destas categorias, chegamos às inferências sobre o que é reproduzido e reproduzível acerca dos grupos favorável e contrário ao projeto de lei “Escola Sem Partido” – uma análise conduzida por determinados enunciados que dizem respeito às causas antecedentes da mensagem (BARDIN, 1979), como o próprio binarismo “direita *versus* esquerda”, entre outros, associados ao tema.

Nesse sentido, podemos avançar para as consequências que um determinado enunciado pode provocar, ou seja, os possíveis efeitos das mensagens (BARDIN, 1979). Diante do quadro exposto, entendemos que, de fato, “as imagens, ideias e a linguagem compartilhadas por um determinado grupo sempre parecem ditar a direção e o expediente iniciais, com os quais o grupo tenta se acertar com o não-familiar” (MOSCOVICI, 2007, p. 57). Resta-nos saber em que medida tais representações construídas levam o pensamento social a se converter a fórmulas consagradas na avaliação de objetos e eventos sociais. Isso é um risco, sobretudo quando a educação e a atuação docente é o que está em pauta.

Considerações finais – Reflexões sobre a atuação docente

Nos dias atuais, a educação tem recebido destaque no campo dos debates políticos. A educação é vista como uma luz no fim do túnel, para soluções de problemas cada vez mais frequentes, tais como: alta taxa de desemprego, falta de profissionais qualificados no mercado de trabalho, baixos resultados em provas de concursos, vestibulares. Porém, para além do sentido pragmático da educação e de uma formação profissional, o professor é peça chave na formação cidadã, fato que torna sua conduta preocupante para vários setores da sociedade. Por ser o mediador dos conhecimentos escolares, é quem contribui para a formação de uma sociedade verdadeiramente pensante ou não, atuante ou não, crítica ou não.

Para Libâneo (1994, p.88), “o trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimento”, de forma que é de sua

alçada a mediação na relação cognitiva entre o aluno e a própria realidade que lhe rodeia. Freire (1979) também considerou a atuação docente como o fundamento de uma boa formação escolar e da construção de uma sociedade emancipada.

Mas como ensinar? Como formar uma sociedade pensante e crítica diante de uma barreira posta em forma de cartaz fixado em sala de aula? Este é o questionamento latente nas reivindicações atuais desses profissionais. O que se percebe no debate acerca do projeto “Escola Sem Partido”, sobretudo nas publicações de profissionais da educação nas redes e mídias sociais, é uma rejeição a um suposto retorno ao modo de ensino tradicional e ao saber reproduzido de forma mecânica e acrítica – algo muito presente nos diversos enunciados que consultamos na *internet*.

Um elemento importante que contribui para a reflexão acerca do projeto de lei são os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecidos a partir da LDB de 1996 como documentos oficiais e referenciais para a educação em todo país. Há uma proposta flexível e não homogênea que procura atender as necessidades regionais em aspectos que envolvem a educação, a sociedade e a cultura. Em linhas gerais, os PCNs se caracterizam por:

[...] explicitar a necessidade de que as crianças e os jovens deste país desenvolvam suas diferentes capacidades, enfatizando que a apropriação dos conhecimentos socialmente elaborados é base para a construção da cidadania e da sua identidade, e que todos são capazes de aprender e mostrar que a escola deve proporcionar ambientes de construção dos seus conhecimentos e de desenvolvimento de suas inteligências, com suas múltiplas competências; ampliar a visão de conteúdo para além dos conceitos, inserindo procedimentos, atitudes e valores como conhecimentos tão relevantes quanto os conceitos tradicionalmente abordados; e por fim valorizar os trabalhos dos docentes como produtores, articuladores, planejadores das práticas educativas e como mediadores do conhecimento socialmente produzido; destacar a importância de que os docentes possam atuar com a diversidade existente entre os alunos e com seus conhecimentos prévios, como fonte de aprendizagem de convívio social e como meio para a aprendizagem de conteúdo específicos (PCN,1997, p.11-12).

Diante do que é exposto pelos PCNs, Bulgraen (2009, p.31) percebe que “o docente tem nas mãos a responsabilidade de agir como sujeito em meio ao mundo e de ensinar para seus educandos o conhecimento acumulado historicamente, dando-lhes oportunidade de também atuarem como protagonistas na sociedade”.

Para a formação e atuação docente, é fundamental compreender estas representações construídas acerca da realidade que envolve seus alunos e seu trabalho. Moscovici (2007, p.43) reforça essa ideia ao defender que “quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação ou se comporta”.

O professor constantemente se depara com uma sala de aula completamente heterogênea, cada aluno carrega consigo suas particularidades. Diante desse cenário, o professor precisa ter o compromisso e o direito de posicionar-se diante de questões políticas e sociais. A escola é o lugar de se formar opiniões, e trabalhá-las é muito importante, pois o educando baseia-se em argumentos e discursos para formar sua própria opinião. Ao considerar a sua responsabilidade como formador de opinião, o professor deve estar ciente de que as mídias e redes sociais também exercem esse papel, produzindo a dispersão da informação e levando ao que Moscovici (2007) apontou como uma pressão à inferência. Representações sociais reproduzidas nestes ambientes virtuais e em outros meios de comunicação tornam-se instrumentos de tomadas de partidos.

Assim, o professor também tem a responsabilidade de desconstruir representações sociais forjadas com base em juízos de valores reforçados pelos meios de comunicação. Fazendo isto, estará ampliando “a visão de conteúdo para além dos conceitos, inserindo procedimentos, atitudes e valores como conhecimentos tão relevantes quanto os conceitos tradicionalmente abordados” (PCN, 1997, p. 11). Isso é o que deve estimular o aluno a se posicionar criticamente e construir sua própria opinião política e social dos fatos.

A discussão sobre transformações concretas nas práticas educacionais deve ter como ponto de partida os princípios da formação, propiciando ao professor a segurança para “analisar a sociedade contemporânea, suas contradições e suas transformações, para compreender o processo histórico de construção do conhecimento, seus avanços e seus limites, e para ter sensibilidade para compreender o

mundo do aluno, sua subjetividade e suas linguagens” (CAVALCANTI, 2012, p. 75).

Ademais, é preciso fazer frente a qualquer institucionalização política que tenha objetivo de ferir o direito do professor se posicionar politicamente e ideologicamente, tal como o que é apregoado no projeto de lei “Escola Sem Partido”. É no “posicionar-se” que ainda prevalecem as possibilidades de afirmação da identidade profissional. É preciso avançar na reflexão de que a tríade didática-conteúdo-aluno, inevitavelmente, recai sobre a identidade docente construída ao longo de sua formação e de sua carreira; e neste caminho não há neutralidade.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BULGRAEN, Vanessa C. O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. **Revista Conteúdo**, Capivari, v.1, n.4, ago./dez. 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre as práticas e as representações**. Memória e sociedade. 2 ed. Trad. Maria Manuela Galhardo. Difel: 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 3. ed. São Paulo: Paz e terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **“Escola Sem Partido”**: imposição da mordada aos educadores. E-Mosaicos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jun. /2016.

JODELET, Denise. Représentation sociale: phénomène, concept et théorie. 2. ed. In: MOSCOVICI, Serge (Org.) **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 18-43, jan. / jun. 2008.

OLIVEIRA, D.C., **Análise de Conteúdo Temático Categorial**: Uma proposta de sistematização. Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <<http://www.programescolasesempartido.org/>>. Acesso em: 28 de set 2016.

SANTANA, Ana Elisa. **Escola sem partido**: entenda o que é o movimento que divide opiniões na educação. Portal EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/07/o-que-e-o-escola-sem-partido>>. Acesso em 28 set. 2016.

SENADO FEDERAL. **Consulta Pública PEC 55/2016**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=125666>>. Acesso em 14 nov. 2016.

SILVA, Marcelo Ribeiro. **5 opiniões sobre a Escola Sem Partido para você formar a sua**. Exame.com. 25 jul/2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/5-opinioes-sobre-a-escola-sem-partido-para-voce-formar-a-sua/>>. Acesso em: 12 de out/2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

Recebido: 30/07/2017

Aprovado: 24/11/2017

ESCOLA SEM PARTIDO": UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS REDES E MÍDIAS SOCIAIS